ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR – 19/11/2010

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e dez, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Turismo se reuniram, conforme lista de freqüência anexa, os integrantes do Comitê Gestor do Maciço do Morro da Cruz. Na oportunidade estiveram presentes vinte (20) pessoas representando entidades comunitárias e governamentais. O **Engº**. **Américo Pescador** iniciou a reunião solicitando ao arquiteto **João Maria Lopes** que apresentasse o Projeto Habitacional Unifamiliar. O arquiteto fez uma breve apresentação do Projeto utilizando um trabalho gráfico elaborado em Power Point, trabalho esse já apresentado em reuniões anteriores para as comunidades. Nessa apresentação discorreu sobre a tipologia, o sistema construtivo, as quantidades, tamanho e valores das unidades habitacionais, bem como a composição dos lotes de casas que compuseram as licitações que não obtiveram êxito. Na sequência o **Secretário Átila** agradeceu a presença de todos nesta reunião extraordinária e disse que chegamos ao ponto crucial do projeto, considerando que as licitações deram desertas e as famílias continuam aguardando a construção das casas, permanecendo em situação de risco ou em aluguel social. O Secretário fez um breve histórico do processo licitatório, informando que, após as primeiras licitações, houve reavaliação do valor das habitações. Posteriormente, foram licitadas mais duas (02) vezes. A primeira normal e, na segunda licitação, houve envolvimento da Caixa e de empresas de construção, porém o resultado da licitação foi deserta novamente. Constatou-se que o problema não é o preço e sim que o mercado de trabalho está com muitos empreendimentos e não se dispõe a assumir o projeto habitacional do Maciço do Morro da Cruz. Houveram reuniões com a Caixa e concluiu-se que, de forma tradicional, não tem como resolver esta questão. O Secretário disse ainda que, na situação atual, a Prefeitura pode assumir a forma de conduzir a edificação em convênio com SINDUSCON e com a assessoria do SENAI. Contratar consultoria para fazer o trabalho de controle de materiais e uma cooperativa para viabilizar a construção. A participação da comunidade é crucial para efetivar a construção das casas. **Secretário Átila** disse que o objetivo desta reunião é discutir as alternativas para viabilizar a construção das casas. **Juçara Dutra** da Caixa relatou que a proposta de cooperativa já foi veiculada em algumas reuniões. Disse que tem dúvidas com relação à capacitação. Neste sentido, **Maria Ester Schorn Harb,** Diretora de Licitações e Contratos, disse que capacitação não está prevista. **Jackson Weber,** assessor jurídico esclareceu que houve quatro licitações, sendo uma fracassada e três desertas. Salientou a necessidade de aprofundar a questão da cooperativa, dizendo da possibilidade de contratação dentro dos moldes da licitação. **Jackson** disse que existem exigências na licitação e que, tratando-se de cooperativa, há regras diferenciadas. **Secretário Átila** enfatizou que não há mudança do objeto, o que está acontecendo é que a Prefeitura estaria assumindo a construção das casas com contratação de cooperativa, com a parceria da UFSC para fiscalizar a obra, SINDUSCON e SENAI para capacitar. **Jackson** esclareceu que, na situação atual, não se pode mudar os valores e o objeto. **Maria** disse que é possível desmembrar o objeto, contratando mão de obra por cooperativa, e fazer várias licitações uma para cada necessidade para executar as obras. **João Maria** informou que a empresa fornecedora dos blocos tem interesse em capacitar pessoas para formar mão-de-obra, uma vez que já fez esse trabalho em outras obras contratadas. **Jackson** falou do interesse da comunidade para quem será beneficiado com essas casas. **Secretário Átila** lembrou que a Prefeitura não vai contratar pedreiro. Irá sim, contatar com serventes que saibam trabalhar com alvenaria estrutural e a SINDUSCON buscar, junto às empresas fornecedoras, capacitação para estes serventes. **Sr. Clair** informou que há demanda para servente e não tem trabalhador disponível. **Sr. Clair** propôs fazer reunião com as trinta famílias que serão beneficiadas com as habitações. **Kelly** reiterou a fala de Sr. Clair, destacando que está previsto no projeto a qualificação profissional e a geração de trabalho e renda. **João Maria** considerou que um dos grandes

problemas para construção numa com ocupações sé o gerenciamento e controle da obra. O projeto prevê a implantação de alguns conjuntos de casas e também casas a serem construídas no interior da área ocupadas. A construção de forma isolada dificulta a execução das obras, não sendo atrativa para as empresas. A experiência que a Prefeitura tem de autoconstrução não foi boa, mas enaltece a proposta do Sr. Clair, concluiu **João Maria**. **Átila** salientou que primeiramente é preciso identificar as áreas, para depois definir os grupos de casas para construir em cada área. Disse também que já tem algumas áreas identificadas. **D. Neide** relatou: chegou ao ponto que falei na reunião do Comitê Gestor realizado na comunidade da Serrinha (2009), e lá tinha um senhor que tinha condições de participar deste processo. Primeira coisa, agora, é reunir e exigir a presença de todas as famílias do aluguel social e apresentar a necessidade do envolvimento e organizar a cooperativa do projeto e para o projeto e não por comunidade. É um trabalho lento e é um aprendizado. Cabe às comunidades dar a sua colaboração, incentivando os moradores envolvidos à participação. Como segundo ponto, **D. Neide** disse que as famílias têm o emprego, então não podem trabalhar diariamente e, apenas, nos finais de semana. A idéia tem que partir das famílias às quais as casas serão construídas e informá-las sobre a situação de trezentos e cinqüenta e oito (358) casas, sendo cinqüenta e seis (56) de aluguel social. **D. Neide** exemplificou que, em outra oportunidade, houve a autoconstrução, porém sem a definição do morador. **Sr. Jair** refletiu que o Comitê Gestor está com a responsabilidade nas mãos, na sua visão o que foi feito até agora, em termos de infra-estrutura não tem nenhum valor sem resolver a questão essencial que são as moradias, conclui dizendo que é preciso parar de fazer discurso e nos comprometer com o processo, principalmente os beneficiários diretos, visando valorizar e criar responsabilidades, para tanto é necessário conhecer melhor o projeto e convencer a comunidade em ser parceira do de todo o processo, indagou ainda como será a forma de pagamento das moradias, **Américo** esclareceu que será cobrado o valor correspondente a contrapartida do Município. Não será cobrado o valor correspondente ao repasse do Ministério das Cidades. Não será cobrado o valor correspondente a infraestrutura urbana e a infraestrutura dos lotes. Considerando que o valor das casas é em média R$ 40.000,00 e contrapartida do Município é em torno de 50%, o valor a ser pago pelas famílias beneficiadas é de aproximadamente R$ 20.000,00 por unidade habitacional, financiado em até 30 anos. **Jackson** informou que o morador será pago pelo serviço prestado. Por outro lado, detalhou que a pessoa será proprietária da casa após o pagamento do financiamento. **Kelly** esclareceu que há formas diferenciadas de contrato de acordo com a situação da família. Com relação ao questionamento do Sr. Jair sobre a infraestrutura, **João Maria** ressaltou que infraestrutura do lote compreende principalmente terraplanagem e muro de contenção é um trabalho caro com custo em torno de R$10.000,00 devido a grande declividade dos terrenos nas encostas do morro, sendo que a implantação das casas é feita em patamares para se obter o melhor aproveitamento dos terrenos, já que os lotes terão pequenas dimensões, e portanto não será repassado para o custo da infraestrutura para o valor das casas. **D. Neide** advertiu sobre o cuidado com as vertentes. **Jackson** relatou que será utilizada cooperativa para construção e terá contratação de empresas privadas para alguns serviços. **Átila** informou que quarenta a cinqüenta por cento do valor da casa corresponde á mão de obra, e cinqüenta a sessenta por cento corresponde ao pagamento de material, sendo assim, contratando a mão-de-obra por cooperativa e comprando-se o material diretamente pela Prefeitura poderia se obter a redução do custo da casa. **Sr. Clair** apresentou uma nova situação: tem pessoas que querem vender a casa para outra pessoa que paga aluguel. Qual a possibilidade dessa negociação, indagou. **Kelly** complementou que no Maciço tem mais pessoas com essa intenção, elencando as comunidades da Serrinha, Penitenciária, Santa Vitória, Vila Berreta. **Juçara** disse que a alternativa será estudada pela Caixa. **Gilberto** questionou sobre a documentação. **Gilberto** refletiu sobre a necessidade de aprofundar algumas

questões. Neste sentido, **Jackson** se dispôs em estudar sobre cooperativa e disse da importância de ir inserindo a idéia de cooperativa. **Átila** esclareceu que a cooperativa é parceira e não cooperativa contratada. **Sr. Jair** apresentou sua preocupação com relação ao prazo para concluir a construção das casas. Como encaminhamento, **Átila** frisou a necessidade de fazer contato com o SINDUSCON e UFSC; Caixa estudar as questões relacionadas à indenização e aquisição de casas; a SMHSA agendar reuniões com as comunidades; **Jackson** aprofundar as questões relacionadas à cooperativa. **Gilberto** refletiu que este é o momento de mudança do modo de fazer, para fazer esta gestão é desafiador, pois não é a forma convencional. **D. Neide** relatou que não são as associações de moradores e sim os moradores que serão beneficiados e que devem ser envolvidos. A Prefeitura deverá chamar diretamente as famílias beneficiárias. **João Maria** argumentou que o mapa da áreas de risco existe, porém, com as obras de infraetrutura e muros de contenções, conforme previsto no Plano de Risco, algumas casas não haverá necessidade de serem removidas. **Américo** indagou o grupo se há possibilidade de iniciar a construção de um lote (171 casas) por alguma empresa interessada. Para tanto, os representantes da Caixa, Maria (DLC) e lideranças presentes disseram que não há empecilho. Finalizando, o grupo reunido sugeriu que essa discussão fosse levada à reunião ordinária do Comitê Gestor e, posteriormente, agendar simulações. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Paulina Korc redigi a presente ata.

LISTA DE FREQUÊNCIA

ATIVIDADE: Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Maciço do Morro da Cruz - PAC
DATA: 19 de novembro de 2010
HORÁRIO: 16:30 horas
LOCAL: Secretaria Municipal de Turismo – Rua Tenente Silveira, Nº 60 – 5º andar - Centro.

ENTIDADE	*REPRESENTANTE*	*ASSINATURA*
A.M. Alto Caieira	**Valdecir Vedoy Moreira (T)**	
	Anildo Sales (S)	
A.M.M. da Penitenciária	**Clair Correia de Jesus (T)**	
	Maria Euzani da Silva Costa (S)	
A.M. da Serrinha	**Alcelino Ribeiro de Oliveira (T)**	
	Clara Ribeiro (S)	
A.M. Vila Sta. Vitória	**Antônio Carlos Matias (T)**	
	Alcione Anhaia (S)	
A.M. Morro do Céu	**Lenira Stuart (T)**	
	Lúcia Maria dos S. Machado (S)	
A.M. Queimada	**Valmor Coelho (T)**	
	Homero Silva (S)	
A.M. do Jagatá	**Sulimar Vargas Alves (T)**	
	Sidnei do Nascimento (S)	
A.M.M. do Horácio	**Luiz Carlos Antunes de Matos(T)** Tadeu Pires de Lima (S) Dirceu Carlos de Oliveira (S)	
A.M. Morro Tico Tico	**Samir Dionísio Pedra (T)**	
	Elton Marcelino de Jesus (S)	
C.C.Cristo Redentor	**Rogério A. Rodrigues (T)**	
	Olímpio M. Ferreira (S)	
C.C. B. Agronômica	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
C.C. Mont. Serrat	**João Ferreira de Souza (T)**	
	Jair Batista Ramos (S)	
C.C. CONSEBAN	**Neide O. de Almeida (T)**	
	Célia Maria Campos (S)	
A.M.Morro do Mocotó	**Claudete Régis Machado (T)**	
	Laudemar Bittencourt (S)	
SMAS	**Kelly Cristina Vieira (T)**	
	Hélio Abreu Filho (S)	
SMHSA	**Átila Rocha dos Santos (T)**	
SMHSA	**Nelson Bittencourt (T)**	
SMHSA	**Salomão Mattos Sobrinho (T)**	
SMHSA	**Américo Pescador (T)**	
SMHSA	**Rogério Miranda (T)**	
SMHSA	**João Maria Lopes (T)**	
SMHSA	**Élson Bertoldo dos Passos (T)**	
SMHSA	**Maria Aparecida N. Catarina (T)**	
SMHSA	Renato Pagani (S)	
SMHSA	Edna da Silva Berto (S)	

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SMHSA	Dorothea Hagemann	Dorothea Hagemann
SMHSA	Fabiana de Macedo Soares Silva	
SMHSA	Maria da Graça Bittencourt	
SMHSA	Maria Gabriela da Rocha	
SMHSA	Simone Caldeira Ribeiro	
SMHSA	Simone Lolatto	
SMHSA	Zeli Delfino Sabino	
SMHSA	Walmecir Jorge Rampinelli	
SMHSA	Rosângela Maria Píccoli	
SMHSA	Paulina Korc	
SMHSA	Bianca J. P. Veiga - Estagiária	
SMHSA	Gabriele Bolsoni - Estagiária	
SMHSA	Danuza Labanca Rocha - Estagiária	
SMHSA	Tamires Vígolo - Estagiária	
SMHSA	Graziela Ecco - Estagiária	
Comissão Monsenhor Topp	Luiz H. Cardoso	
Comissão de obras	do Conseban/Salvador F. da Silva	
CAIXA RSGOV-FL	Gilberto J. Nascimento	
CAIXA	Rosane M. Ruiz C. Rosa	
CAIXA	Tito H. Schlichting	
CAIXA	Juçara Dutra	
Diretoria Licitações	Maria Ester S. Kaus	
Servidão Rada	Paulino Schef	